

# A DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA DE EXEMPLARES DA ARQUITETURA MODERNA

Silvio Mendes Zancheti  
Lúcia Tone Ferreira Hidaka

Volume 57

2014

TEXTO PARA DISCUSSÃO V. 57

SÉRIE 2 - GESTÃO DE RESTAURO

A DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA DE EXEMPLARES DA  
ARQUITETURA MODERNA

Silvio Mendes Zancheti & Lúcia Tone Ferreira Hidaka

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Olinda 2014



## Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

### Missão

O CECI tem como missão promover a conscientização, o ensino e a pesquisa sobre a conservação integrada urbana e territorial dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Suas atividades são dirigidas para a comunidade técnica e acadêmica brasileira e internacional

### DIRETORIA

Tomás de Albuquerque Lapa, Diretor Geral  
Jorge Eduardo Lucena Tinoco, Diretor Associado

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Virginia Pontual, Presidente  
Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro, Conselheira  
André Renato Pina Moreira, Conselheiro  
Vera Lúcia Milet Pinheiro, Conselheira  
Paula Maria W. Maciel do R. Silva, Conselheira  
Ricardo Cavalcante Furtado, Suplente  
Rosane Piccolo Loretto, Suplente  
Renata Campello Cabral, Suplente

### CONSELHO FISCAL

Norma Lacerda Gonçalves, Presidente  
Laura Karina Nobre Alecrim, Conselheira  
Vânia Cristina Silva Cavalcanti, Conselheira  
Barbara Cortizo de Aguiar, Suplente  
M<sup>a</sup> de Fátima Gusmão Furtado, Suplente  
Fernando Diniz Moreira, Suplente  
Rosane Piccolo, Conselheira  
Juliana Cunha Barreto, Conselheira

### Texto para Discussão

Publicação com o objetivo de divulgar os estudos desenvolvidos pelo CECI nas áreas da Gestão da Conservação Urbana e da Gestão do Restauro.

As opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.

É permitida a reprodução do conteúdo deste texto, desde que sejam devidamente citadas as fontes. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

### Editores

Natália Vieira  
Mônica Harchambois  
Rosane Piccolo Loretto

### Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Rua Sete de Setembro, 80  
Olinda - PE  
53020-130 - Brasil  
Tel/Fax.: (55 81) 3439 3445  
[textos@ceci-br.org](mailto:textos@ceci-br.org)  
[www.ceci-br.org](http://www.ceci-br.org)

### FICHA BIBLIOGRÁFICA

**Autor:** Silvio Mendes Zancheti & Lúcia Tone Ferreira Hidaka

**Título:** A DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA DE EXEMPLARES DA ARQUITETURA MODERNA

**Editora:** Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

**Tipo da publicação:** Textos para Discussão no. 57

**Local e ano de publicação:** Olinda, 2014

**ISSN:** 1980-825

## A DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA DE EXEMPLARES DA ARQUITETURA MODERNA

Sílvio Mendes Zancheti\* & Lúcia Tone Ferreira Hidaka<sup>♥</sup>

### Resumo

A conservação da significância cultural de edifícios do movimento moderno, após quase um século das suas primeiras manifestações, ainda é um desafio aos conservadores e sociedade em geral. O consenso sobre os valores passíveis de conservação entre os envolvidos com esses bens é de difícil alcance, o que complica de sobremaneira a construção da significância e conseqüentemente uma validação coletiva desta. Ora, o problema da determinação da significância da arquitetura moderna é o primeiro passo para uma efetiva gestão da conservação desses exemplares à posteridade. Este artigo procura refletir sobre a construção da significância cultural dos edifícios exemplares da arquitetura do movimento moderno, a partir da reflexão sobre a significância cultural e os valores dos bens culturais, apresentando uma proposta de avaliação da mesma através de critérios como representatividade, raridade, completude ou integridade, autenticidade e potencial interpretativo. Espera-se, com isso, contribuir para o planejamento das intervenções na arquitetura do movimento moderno, sob a ótica da construção e conservação da significância cultural desses edifícios.

**Palavras chave:** Significância, valores patrimoniais, arquitetura moderna.

### Introdução

O tombamento de edifícios do movimento moderno (1930 – 1970) ainda não é uma prática corrente mesmo em países com uma forte tradição nesse tipo de arquitetura, como, por exemplo, o Brasil e os Estados Unidos. Existem alguns fatores que contribuem para que o consenso sobre o tombamento e a conservação desses edifícios não seja facilmente alcançado, sendo a variável tempo a maior fonte de controvérsias.

A arquitetura moderna foi objeto de uma vasta produção ideológica de suporte de suas concepções desde as suas origens. Esse aparato intelectual apesar de ter tido início em alguns países, rapidamente disseminou-se, praticamente, para todos os continentes. Os Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna – CIAM foram, sem dúvida, uns dos principais veículos dessa disseminação. Os princípios básicos dessa forma de arquitetura foram claramente expressos por Susan Macdonald:

*“O modernismo foi concebido como propósito de expressar as oportunidades e o otimismo de uma nova era. A arquitetura moderna instigou a ruptura com a forma, o projeto e o uso de materiais da arquitetura tradicional. A arquitetura, que deveria ser a forma de expressão artística mais elevada, foi concebida sobre uma nova visão de abstração artística, uma nova forma de compreensão das qualidades espaciais, utilizando uma nova tecnologia, inovações estruturais e novos materiais. A produção em massa e a pré-fabricação deviam prover uma infraestrutura para a nova sociedade, elevar o nível de higiene, amenidades e padrões de habitação. A arquitetura foi considerada um poderoso instrumento de reforma social” (Macdonald, 2003) (Tradução SMZ)*

---

\* Pesquisador do Ceci e Professor Visitante da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

<sup>♥</sup> Professora da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Alagoas.

Essa visão otimista da arquitetura moderna foi formada e difundida entre uma comunidade internacional de especialistas (arquitetos, artista, engenheiros, em especial), acadêmicos, empresários e políticos que abraçaram as novas idéias com fervor. A aceitação das idéias entre os políticos dos países em desenvolvimento, especialmente entre os anos 1940 e 1960, ajudaram a popularizar a arquitetura moderna com sinônimo de progresso e melhoria da qualidade de vida.

Contudo, em tempos da cultura ainda não ocorreram processos sociais de sedimentação, com tempos históricos suficientemente longos, para enraizar a idéia de que essa arquitetura é um patrimônio cultural e como tal merece ser conservada para as futuras gerações. Pelo contrário, alguns princípios e experimentos da arquitetura moderna contribuem hoje para o não reconhecimento do seu valor e para justificar a sua substituição: o reduzido tempo de vida das edificações, o excessivo funcionalismo dos projetos, o uso de materiais sem tradição construtiva e sem durabilidade comprovada e a falta de uma cultura da pátina devida a valorização do novo como atributo dos projetos modernos (Macdonald, 2003).

Existe assim um claro problema de interpretação no modo como a sociedade contemporânea coloca a arquitetura moderna entre os bens de valor patrimonial e, portanto, sujeitos à conservação, por processos institucionais ou disseminados na prática social. Esse problema se expressa no momento da determinação da significância cultural de um edifício moderno, passo necessário para a sua inclusão na lista de bens protegidos da sociedade.

## 1 O que é a Declaração de Significância e seu uso

A declaração de significância (DS ou, simplesmente, declaração) é um documento que expressa o valor cultural de um bem para uma comunidade. É uma justificativa que explicita o porquê do bem ser conservado para o usufruto de futuras gerações.

A declaração é, portanto, utilizada como um instrumento de suporte de *memória e orientação* para ação de conservação. Como suporte de memória grava, para o futuro, a avaliação cultural que uma comunidade realizou de um bem patrimonial. Como orientação para a ação de conservação, especifica as características do bem para as quais a comunidade atribuiu valor cultural, e que devem ser mantidas ao longo do tempo.

Apesar da declaração de significância existir, em outro formato, e ser utilizada há muito tempo, ganhou importância nos estudos culturais no momento em que a UNESCO passou a exigí-la nos processos de pedido de inclusão de bens patrimoniais na lista do Patrimônio Mundial, avaliados pelo World Heritage Center (WHC/UNESCO). A declaração também é utilizada no sistema WHC como documento de referência para o teste de autenticidade do bem antes do mesmo ser incluído na lista. Outro uso importante da declaração é, também, como documento de referência para os planos de gestão da conservação, que devem ser elaborados pelos governos dos países signatários da Convenção do Patrimônio Mundial que possuam bens na lista. Enfim, é a declaração que estrutura o sistema do patrimônio mundial da humanidade enquanto documentação de referência.

Apesar da importância institucional e operacional da declaração para a política patrimonial dos signatários da Convenção do Patrimônio Mundial, a UNESCO contribuiu pouco para aclarar o que entende pelo termo significância cultural. Nas instruções sobre o monitoramento periódico dos bens listados, o mais importante documento operacional do WHC, não está definido o que seja a declaração. Afirma somente que deve “refletir os critérios pelos quais o Comitê inscreveu o bem na Lista do Patrimônio Mundial. Ela deve

referir-se a questões como: o que o bem representa, o que o faz o bem de excepcional, quais são os valores específicos que distinguem o bem, qual é a relação do bem com o seu entorno, etc.?” (WHC/UNESCO 2005). Apesar do caráter operacional das instruções, há de se reconhecer a sua pouca objetividade e precisão conceitual.

Esforços mais significativos para aclarar o que seja o conceito e sua forma de operacionalização foram realizados por outras instituições. Por exemplo, na Austrália o serviço nacional de proteção do patrimônio e os governos estaduais publicam manuais de orientação para proprietários de imóveis onde estão definidos os conceitos e os instrumentos operacionais para o tombamento. Praticamente todas essas orientações partem da definição de *significância cultural*, estabelecida pelo Comitê Australiano do ICOMOS, na Carta de Burra, onde o termo designa:

*“... o valor estético, histórico, científico, social espiritual de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras.*

*A significação cultural se corporifica no sítio propriamente dito, no seu tecido, entorno, uso, associações, significados, registros, sítios relacionados e objetos relacionados,*

*Os sítios podem ter um conjunto de valores para diferentes indivíduos ou grupos.”*  
(Austrália – ICOMOS, 1999).

Os procedimentos para a construção de uma declaração de significância, também foram objeto de reflexão do mesmo Comitê (Austrália – ICOMOS, 1988). O conjunto de definições e instruções do ICOMOS australiano teve um impacto muito amplo na comunidade de instituições e de especialistas dedicados à conservação patrimonial. Pode-se afirmar, sem dúvida, que esse conjunto é o instrumento mais utilizado por essa comunidade, especialmente nos países ocidentais, onde sofreu adaptações para melhor se ajustar às condições culturais, políticas e econômicas nacionais.

Em termos da prática, é possível encontrar um grande número de manuais e guias explicativos sobre como elaborar declarações, dirigidos, especialmente, aos gestores públicos e aos especialistas na conservação patrimonial. Em geral, esses textos provem de países de origem anglo-saxã e tendem a operacionalizar as diretrizes formuladas pela carta de Burra, segundo as especificidades locais.

## **2 Significância cultural de um bem material**

A declaração é um instrumento que se apóia no conceito de significância cultural, que como foi visto acima, é, definido como o conjunto de valores culturais que são atribuídos por uma comunidade a um bem. Em termos teóricos existem algumas questões associadas a essa definição como, por exemplo: Quais são os valores?, como se identifica os valores? e quem identifica os valores? Essas perguntas estão relacionadas à abordagem da cultura que alicerça o conceito de significância, pois a declaração sintetiza teorias, ideologias e políticas utilizadas pelos conservadores para representar as idéias de como um bem patrimonial pode expressar o passado.

Outro ponto importante a considerar para a elaboração da significância é o da sua finalidade. Normalmente se constrói uma declaração para que sirva como um instrumento guia da conservação e do restauro de edifícios. Essa finalidade tem, em geral, gerado problemas conceituais sobre os conteúdos, os processos de obtenção de informação e a forma de expressão da declaração, como será visto a seguir.

A tradição mais fortemente estabelecida do campo da conservação patrimonial interpreta como fixos os resultados da investigação da significância, isto é, estabelece os

valores do bem como permanentes, segundo uma visão empirista-positivista da filosofia da cultura (Tainter e Lucas, 1983). Os valores seriam atributos derivados diretamente das qualidades objetivas dos edifícios. A identificação dos valores seria, portanto, um trabalho dos indivíduos cultos como, por exemplo, os historiadores da arte e os arquitetos especialistas na conservação patrimonial, que têm o conhecimento necessário para interpretar corretamente os valores por meio das análises das qualidades arquitetônicas da edificação. Essa é a visão que está por trás da Carta de Burra. A visão empirista-positivista é fortemente influenciada pela idéia da declaração como um instrumento normativo para a conservação e restauro dos edifícios. Essa visão fornece uma escala de *valores permanentes*, independentes dos contextos históricos, que devem guiar as decisões dos responsáveis pela conservação. Também fixa hoje, e para o futuro, os valores a serem conservados, e desse modo tendem a perpetuar as práticas de intervenção nas edificações.

A abordagem alternativa, a do relativismo cultural (Rachels, 1999: 15 - 29), torna parcial qualquer afirmação presente sobre a significância de um bem, pois a declaração é “uma expressão do significado cultural, que se espera que mude, que envolve multivalência e disputa, e que seja contingente em relação ao tempo, lugar, e outros fatores.” (Mason, 2004: 65). Para essa visão, os valores culturais de um edifício são entidades imateriais que são atribuídas pela sociedade a partir da interação de indivíduos, grupos e instituições. Portanto, são valores historicamente determinados que dependem de como se processa e de quem participa das interações.

Os valores culturais que ganham importância em uma sociedade são aqueles criados por processos intersubjetivos, realizados em períodos relativamente longos, portanto, ganham certa estabilidade na cultura da sociedade, mas não podem ser considerados definitivos. É certo que a valorização realizada por especialistas e acadêmicos é importante no longo prazo, devido a sua capacidade de se difundir, primeiramente entre as comunidades de cientistas e apreciadores cultos e depois entre o público em geral, pelos meios de comunicação e ensino. Conseqüentemente, a elaboração da declaração de significância deve buscar incorporar o relativismo cultural, enquanto método de trabalho (Anthrobase, sd), e assumir o seu caráter contingente e transitório.

A questão de quem define a significância está associada à anterior. O seu caráter contingente exige que a mesma seja vista como uma construção social (Green, 1998), onde os significados são estabelecidos segundo os atores sociais envolvidos na sua elaboração. Assim, para que a declaração possa ter uma efetividade, com instrumento guia da gestão da conservação patrimonial, necessita ser construída e *reconstruída periodicamente*, pela cooperação do maior e mais variado número de atores sociais possíveis, sejam eles especialistas ou não.

As modernas concepções de análise, que levam em conta a abordagem do relativismo cultural, entendem a identificação e a determinação de valores como um processo de negociação, onde diversos atores sociais interagem para formar um consenso a respeito da significância do objeto. Na verdade dois momentos distintos ocorrem neste processo: o julgamento e a validação dos significados e valores destacados (Caple, 2006) identificando aqueles que serão priorizados na conservação do bem patrimonial. O resultado desse julgamento será ou não validado socialmente num processo de negociação.

Desse modo deve-se entender a significância cultural como o conjunto de valores resultado do julgamento e da validação social de significados passados e presentes de um objeto. Enfatiza-se que esse julgamento é feito no presente e utiliza como referência os

significados e valores do passado apoiado em instrumentos de memória reconhecidos pela sociedade (Zancheti et alli 2008).

A Declaração de Significância construída a partir desse entendimento pode deixar de ser um instrumento que fixa os valores no tempo, para se tornar um instrumento que estabelece a) os valores em disputa na sociedade, b) avalia, no presente, os valores segundo uma escala de importância, indicando os conflitos de avaliação mais relevantes e c) explica as mudanças da significância do passado até o presente. Desse modo a declaração será o produto de uma visão da cultura como um fluxo contínuo, mutável, envolvendo um conjunto de processos e valores e não um conjunto de elementos estáticos. (Avrami, Mason e Torre, 2000:10)

### 3 A construção da Declaração de Significância

A elaboração de uma Declaração de Significância passa por três etapas: a) a determinação da significância; b) a avaliação da significância e c) a redação da Declaração.

#### 3.1. A determinação da significância

A determinação da significância é realizada por meio de uma análise do edifício, um entendimento da história e do contexto e a identificação dos valores para comunidades.

A operacionalização dessas etapas segue os procedimentos listados a seguir.

1. Reunir toda a *informação básica* disponível sobre o edifício. Isso deve incluir as datas de início e término da construção, identificação e consulta de proprietários e construtores, fotos do terreno e do entorno antes e imediatamente depois do término da obra, cópia do projeto inicial das reformas posteriores, cópia do memorial de construção, cópia dos dados do processo de permissão de construção no município e de reformas posteriores e outras informações de referência básica.
2. Realizar um *levantamento em fontes documentais* sobre a história da edificação desde o seu projeto até a data da pesquisa. Devem ser destacados: as obras monográficas sobre o edifício; as reportagens sobre a construção, transformação ou fatos associados ao edifício; os documentos de tombamento (propostas e pareceres finais) se já houver sido realizado; o processo de projeto e de construção, não esquecendo os aspectos legais; as modificações físicas, de uso e de propriedade ocorridas, relativamente ao projeto inicial; a mudanças do contexto urbano; os fatos históricos principais associados ao edifício e seu contexto urbano; e manifestações de indivíduos e grupos com relação ao edifício, em todas as etapas de vida. O levantamento deve ser acompanhado de cópias de fotos e dos projetos. É de extrema importância que a documentação seja complementada por entrevistas com pessoas diretamente ligadas às informações levantadas como: os proprietários; os projetistas; os construtores e profissionais responsáveis pela obra; moradores e ocupantes do edifício, bem como vizinhos; oficiais do governo local; representantes de associações sociais, culturais e de conservação do patrimônio local; jornalistas; especialistas na história social e da arquitetura do local; os relatores do processo de tombamento, e outros que possam ajudar na compreensão dos valores associados à edificação. Será de grande valia se os projetistas, os construtores e os proprietários escreverem sobre as motivações que os levaram a construir, a utilizar e a apreciar o imóvel.



3. Fazer uma *contextualização do edifício* considerando suas relações com: as características físico-ambientais da área; outros edifícios construídos antes e depois do mesmo na área urbana ou em qualquer outra localidade; o lugar onde se inseriu, considerando a tradição construtiva, os usos e as relações e grupos sociais existentes. Ilustrar com fotos.
4. Fazer uma *análise arquitetônica e construtiva* do edifício em seu estado atual, ressaltando: organização espacial dos ambientes e das áreas externas; materiais, métodos e sistemas construtivos; identificações de reformas, acréscimos, demolições e outras transformações, relativamente ao projeto original; obras de arte integradas à edificação e às áreas externas; elementos decorativos; mobiliário; estado de conservação da edificação e das obras de arte e dos elementos decorativos integrados; estado de conservação dos materiais construtivos; principais patologias e riscos; e outras características julgadas pertinentes. Para esse item deve ser utilizado o inventário do imóvel, se o mesmo existir.
5. Fazer uma pesquisa com todos os tipos de atores sociais envolvidos com o edifício para *levantar os valores* associados à obra. Os valores devem ser de todos os tipos possíveis, pois a significância cultural de um objeto reúne o conjunto de significados a ele associados.

Essas tarefas permitem o arcabouço de informações necessárias para a construção dos significados e dos valores do edifício, assim como para a comparação da significância relativa a outros edifícios.

O valor é uma categoria analítica central para a determinação da significância, pois é impossível a realização de qualquer tipo de Declaração sem o uso de um sistema de valores que possa representar a importância cultural atribuída por uma comunidade para seus edifícios.

Os valores são de vários tipos e todos devem ser considerados, em primeira instância, para a determinação da significância e não somente aqueles tradicionalmente utilizados pelos especialistas na conservação patrimonial ou da arquitetura, que tem sua origem na classificação estabelecida por Riegl (2006), isto é, os valores rememorativos e os de contemporaneidade.<sup>1</sup>

Mason (2004) sustenta que a significância é um produto social complexo, formado pela interação dos diversos valores que a coletividade atribui a um bem, e que não podem ser isolados uns dos outros, a não ser como um recurso analítico/explicativo. Para um indivíduo, ou grupo, a avaliação do peso do valor econômico é condicionada pela avaliação dos valores sociais e culturais de uma edificação e de seu ambiente, e vice versa. Assim, a tipologia de valores a ser considerada é bastante ampla (Mason, 2004), e deverá ser buscada em todos aqueles interessados, ou envolvidos, em qualquer aspecto da conservação do bem.

Em geral a tipologia de valores utilizados na determinação da significância dos edifícios inclui os seguintes tipos de valores: antiguidade, históricos, artísticos, científico/conhecimento, social e espiritual (ver aula sobre valores). Cada um desses tipos de valores pode ser subdividido em subtipos mais específicos, como por exemplo, os sociais podem incluir os econômicos e os espirituais abarcar os religiosos.. O mais

---

<sup>1</sup> Os valores rememorativos são três: os comemorativos, os históricos e os de antiguidade. Os valores de contemporaneidade são dois: o artístico e o de novidade.

importante é que o método de levantamento permita que qualquer tipo de valor possa surgir.

O processo acima sintetizado pode levar ao momento da avaliação da significância que, a partir de um conjunto de critérios de relevância cultural de cada comunidade envolvida, permitirá determinar a importância da conservação do edifício.

### **3.2. A avaliação da significância**

A declaração de significância é um documento que expressa um julgamento a respeito dos valores atribuídos pela sociedade ao edifício. Para que a avaliação possa representar o conjunto dos valores atribuídos à edificação, é necessário um escrutínio rigoroso da informação documental e que a decisão final sobre a importância dos valores seja tomada envolvendo os atores sociais consultados na fase de identificação, de forma participativa, e que os resultados sejam consensuais.

A avaliação final deve conter tanto os pontos consensuais sobre a significância atual como as controvérsias relevantes. Também é importante a identificação das transformações de conteúdo pela qual a significância do bem passou desde o momento em que foi expressa pela primeira vez.

A avaliação da significância é a operação de comparar os valores do edifício em relação a outros edifícios que também tenham importância cultural. É uma ação de relativização dos valores do edifício, de acordo com escalas de valores socialmente aceitas e culturalmente estabelecidas, muito utilizada para a construção de listas de proteção, como as de tombamento. Assim, a avaliação da significância depende de critérios que permitam fazer as comparações necessárias entre as significâncias dos edifícios para efeito de uma ação. Em geral, esses critérios são: a origem e autoria, a representatividade; a raridade; a condição de completude ou integridade e o potencial interpretativo (Russell, Winkworth 2001).

#### **3.2.1. Origem e autoria**

Alguns edifícios modernos podem ter uma origem especial que os distingue da maioria dos outros edifícios. São aqueles construídos sob condições especiais, comissionados para comemorar fatos ou eventos e desenhados por arquitetos representativos de sua época. Esses edifícios são em geral valorizados por serem de uma autoria específica, um grande nome da arquitetura.

### Caixa 1 – Origem e autoria

Prédio do MEC (Rio de Janeiro, RJ)

Outros Nomes: Palácio Gustavo Capanema; Palácio da Cultura



Fachada com brise-soleil

Tombamento nacional

Livro de Belas Artes, Inscrição:315 Data:18-3-1948

“Projetado durante a gestão do Ministro Gustavo Capanema para sediar o antigo Ministério de Educação e Saúde, o prédio, inaugurado pelo Presidente Getúlio Vargas, representa o marco da arquitetura moderna em nosso país, é um dos primeiros arranha-céus com fachada toda de vidro construído no mundo. A área ocupada pelo prédio de dezesseis pavimentos e seus jardins, projetados por Burle Marx, é de 27.536 metros quadrados. Atuaram no projeto de elaboração do Palácio Capanema, arquitetos consagrados tais como: Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Jorge Machado Moreira, Carlos Leão e Ernany de Vasconcelos, com base em estudos feitos por Le Corbusier, que aqui esteve em 1937 especialmente como consultor. O edifício foi construído de 1937 à 1943, tendo sido a estrutura projetada pelo engenheiro Emílio Baungart. Foi utilizado como material de revestimento das empenas o gnaiss (pedra de galho), por sugestão do próprio Le Corbusier. Os azulejos, elementos também de uso tradicional na arquitetura brasileira, utilizados no revestimento dos corpos edificados do térreo e nas paredes laterais do auditório, de figura avulsa ou formando painéis, foram desenhados por Cândido Portinari. Interna e externamente, o prédio possui outras obras de arte representativas do modernismo em nosso país e podem ser apreciadas nos painéis de azulejos, quadros e murais de Portinari, nas esculturas de Bruno Giorgo, Vera Janacopulus e Celso Antônio. Os jardins, na área em torno e no terraço, são de Roberto Burl Marx.”

(Descrição do bem no arquivo Noronha Santos do IPHAN) (<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>)

*O Prédio do MEC, a parte as suas qualidades artísticas e históricas, é um exemplar de arquitetura que tem uma origem importante, a decisão de se construir um edifício moderno para abrigar uma instituição do Estado Brasileiro, e encomendado a um grupo de ilustres arquitetos.*

### 3.2.2. Representatividade

Um edifício é representativo quando é um exemplar que reúne as características exemplares, ou marcantes, de uma categoria, ou família, de edificações. As categorias podem ser muitas como, por exemplo: de um autor/projetista; de um tipo arquitetônico (residências unifamiliares, prédios de escritório, estações de desembarque de passageiros, etc.); de uma época; de uma técnica construtiva e muitas outras.

## Caixa 2 – Representatividade

Estação de passageiros do Aeroporto Santos Dumont (Rio de Janeiro, Brasil)



Fachada da estação de passageiros

Número do Processo E-18/001.541/98

Tombamento Provisório – INEPAC:

Descrição: Fica a sudoeste da baía de Guanabara, em uma superfície aterrada com a terra resultante da derrubada do morro do Castelo, perto da Estação de Hidroaviões inaugurada em 1937. Neste mesmo ano foi lançado concurso para a estação central de passageiros do Aeroporto Santos Dumont, sendo escolhido o projeto dos irmãos arquitetos Marcelo e Milton Roberto. A construção, iniciada em 1938, foi paralisada durante a Segunda Guerra Mundial e inaugurada em 1945. Destaca-se no prédio, a linguagem arquitetônica moderna, marcadamente horizontal, cujas proporções são coordenadas pela grade de *brise-soleils*. Internamente o edifício se resolve longitudinalmente em torno do amplo corredor de pé-direito duplo com mezaninos para os dois lados do belo saguão central envidraçado, voltado para a pista de pouso e o panorama da baía de Guanabara ao fundo. O controle sensível do espaço interno e a flexibilidade das soluções funcionais internas fazem desse edifício um ponto alto da arquitetura brasileira, infelizmente mutilado por intervenções ocorridas ao longo dos anos. Um grande painel lateral do artista plástico Paulo Werneck figura a história da aviação, tendo como tema central a figura de Alberto Santos Dumont.

Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro.

([http://www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Guia&file=consulta\\_detalhe\\_bem&idbem=279](http://www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Guia&file=consulta_detalhe_bem&idbem=279))

*A Estação de Passageiros do Aeroporto Santos Dumont é um exemplar representativo da arquitetura dos aeroportos no Brasil. Representa um modelo de implantação e organização funcional que foi seguido em várias cidades do país.*

### 3.2.3. Raridade

Alguns edifícios são únicos em uma categoria por serem poucos exemplares remanescentes de uma época, de um tipo construtivo, de um projetista ou por serem exemplares de pouco usuais. O critério da raridade pode vir, muitas vezes, associado ao da representatividade.

### Caixa 3 – Critério da Raridade

#### Casas modernistas de Flávio de Carvalho



Fotos: Casa modernista remanescente em 2006 e o conjunto na década de 1930

(Fonte da foto da casa em 2006: <http://julianobarros.multiply.com/photos/photo/9/17.jpg> )

O projeto do Conjunto de Casas da Alameda Lorena, construído na década de 30 por Flávio de Carvalho.

“O que mais chama a atenção no primeiro contato com o material dessas casas é uma espécie de “bula”, um folheto no qual Flávio de Carvalho divulga o conjunto e o apresenta para os futuros moradores como uma forma de “morar corretamente”. O arquiteto pretende através de este folheto proporcionar parte da educação desses moradores para formação de uma nova sociedade, de acordo com as novas necessidades da vida moderna, proporcionar mais qualidade de vida, praticidade e um conforto ambiental e psicológico para os possíveis futuros moradores.

As dimensões dos cômodos, reduzidas para os padrões da época, permitiam que o morador vivesse mais intensamente a cidade, o espaço público, do que no interior da casa, espaço privado. Assim, a casa se estenderia por toda a cidade e pela rua interna desse desenvolvimento da concepção de vila, apresentada pelo arquiteto.

Por volta dos anos da década de 40, Flávio de Carvalho se vê obrigado a vender essas casas de aluguel, pois poucas famílias se interessavam por esse tipo de casa, que atraía muito mais artistas e intelectuais. “Após a venda destas residências teve início um processo de descaracterização, modificando desde a fachada a algumas características de planta, como o vão livre e os revestimentos de ladrilho hidráulico desenhados por Flávio de Carvalho.”

(Fonte: Carolina Pierrotti Rossetti. 2004. Flávio de Carvalho: Vila América – conjunto de casas da Alameda Lorena. Um modernismo brasileiro.)

*Flávio de Carvalho foi um dos artistas pioneiros da arte moderna no Brasil. Foi pintor, desenhista, cenógrafo, decorador, escritor, teatrólogo, engenheiro além de arquiteto. Sua obra arquitetônica consiste, somente duas edificações construídas por ele mesmo, apesar dos vários projetos por ele realizados: as casas de aluguel e a sua residência na fazenda Capuava, em Valinhos (SP). As casas de aluguel são importantes para a compreensão da obra desse artista e raro exemplar de um dos pioneiros da arquitetura moderna no Brasil.*

#### 3.2.4. Completude

Apesar de sua pouca idade, edifícios da arquitetura moderna podem estar bastante deteriorados ou terem sofrido grandes modificações, relativamente ao seu projeto inicial, ou a um momento significativo na história do edifício. Um edifício é integro quando é completo quanto a sua forma, materiais construtivos, obras de artes integradas, entorno, e outras características ao seu projeto e às transformações com importância de significado que sofreu. Esse critério é bastante difícil de ser atendido nas



obras de arquitetura moderna, pois existe uma tendência muito forte à substituição de materiais e a modificação da estrutura dos espaços internos.

#### Caixa 4 – Critério da completude

Parque Guinle (Rio de Janeiro, Brasil)



Parque Guinle em 2006 (Fonte: Fernando Diniz Moreira)

Os edifícios do Parque Guinle atenderam todos os pontos da arquitetura moderna como definidos por Le Corbusier: blocos prismáticos dispostos em áreas verdes livres, estrutura de concreto, planta livre, pilotis e a fachada livre. Eles até mesmo parecem ser uma concretização em miniatura dos sonhos de Le Corbusier para o Rio de Janeiro de 1929.

A fachada do parque Guinle incorporou as novidades proporcionadas pelos modernos métodos de construção que, ao reduzir o tamanho dos pilares e aumentar a dimensão das janelas, liberou a fachada da tarefa de expressar a estrutura e as tradicionais analogias antropomórficas. Esta evolução desmaterializou a fachada transformando-a em uma membrana transparente e tornou menos clara a diferença entre fachada e janela.

Para filtrar a luz excessiva, Costa criou uma membrana composta de elementos de proteção solar criando um envelope que tem valor por seu peso, textura e composição. Completamente coberta por elementos variados e de diferentes texturas, a fachada assume significância por si só. O jogo de elementos transparentes, opacos e translúcidos desmaterializa a fachada. Apesar da diversidade entre elementos tradicionais e novos, o resultado não é confuso, pelo contrário, é uma composição brilhantemente unificada, que desafia qualquer idéia de monotonia (A surface for breathing: Lúcio Costa and the Parque Guinle, Brazil. Fernando Diniz Moreira. Tradução do autor)

Costa cobriu a fachada como uma singular trama de elementos de proteção solar criando um envelope que tem valor por seu peso, textura e composição. Completamente coberta por elementos variados e de diferentes texturas, a fachada assume significância por si só. O jogo de elementos transparentes, opacos e translúcidos desmaterializa a fachada. Apesar da diversidade entre elementos tradicionais e novos, o resultado não é confuso, pelo contrário, é uma composição brilhantemente unificada, que desafia qualquer idéia de monotonia (A surface for breathing: Lúcio Costa and the Parque Guinle, Brazil. Fernando Diniz Moreira. Tradução do autor)

*O Parque Guinle é um dos poucos bons exemplos de arquitetura de conjuntos de edifícios residenciais onde a aparência externa mantém-se íntegra, relativamente ao momento inicial da construção, mantendo os materiais e a solução plástica adotada por Lúcio Costa, em perfeito estado de conservação.*

#### 3.2.5. Potencial interpretativo

Edifícios podem ser significativos pela sua capacidade de expressar e permitir a interpretação temas históricos, experiências sociais de grupos e de pessoas, tipos de usos e atividades e emprego de técnicas e materiais construtivos. Esses edifícios são importantes porque são elos necessários para narrar ou explicar fatos ou histórias da cultura, da sociedade, de pessoas, de grupos humanos, apesar de não possuírem valores patrimoniais significativos. São edificações que têm valores cognitivos importantes e possuem um grande potencial para a educação de novas gerações.

### Caixa 5 – Potencial interpretativo

Palácio do Catetinho (Brasília, Brasil)



Palácio do Catetinho (fonte: [www.infobrasilia.com.br](http://www.infobrasilia.com.br))

Tombamento: Livro Histórico, Inscrição: 329, Data:21-7-1959, Processo N°.0594-T-59

“A idéia da construção de uma residência provisória para abrigar o presidente em suas visitas a Brasília surgiu de uma reunião de amigos de Juscelino Kubitschek, no Hotel Ambassador/RJ. Oscar Niemeyer fez o croqui do Palácio de Tábuas, seu primeiro projeto para Brasília. Os amigos conseguiram um empréstimo e, em apenas dez dias, construíram a casa. Em torno dela funcionou um núcleo de apoio, com serviços de radiofonia e radiotelegrafia, e um campo de pouso. O nome Catetinho foi sugerido por Dilermando Reis, em alusão ao Palácio do Catete.

Em 10 de novembro de 1956, JK participou da inauguração, assinando também o primeiro despacho no local. À noite, os amigos homenagearam o presidente com uma seresta. O Catetinho abrigou diretores e engenheiros da Novacap e também personalidades que visitavam a cidade em construção, como o presidente de Portugal Craveiro Lopes. A pedido de JK, o Catetinho foi tombado pelo Iphan em 10 de novembro de 1959.

O projeto museográfico do Catetinho procura retomar as referências de época, preservando-se alguns objetos e o mobiliário original. Imagens fotográficas, bem como outros objetos, complementam as ambientações com o objetivo de propiciar ao público um testemunho vivo da grande aventura que foi a construção de Brasília.”

(Fonte: Governo do Distrito Federal, Secretaria de Estado da Cultura.

[http://www.sc.df.gov.br/paginas/museus/museus\\_01.htm](http://www.sc.df.gov.br/paginas/museus/museus_01.htm), acessado em 25 de julho de 2007, às 11:41h).

*O edifício foi projetado por Niemeyer com a clara intenção de ser uma obra provisória. A sua significância reside em ser um exemplar que ajuda a entender o processo da construção de Brasília e, também, por ser, talvez, o único exemplar do canteiro de obras de uma cidade (critério da raridade, acima).*

### 3.3. A redação da significância

A redação da declaração de significância é o ponto final do processo de identificação e avaliação dos valores do edifício. Os valores devem estar estabelecidos, bem como as controvérsias sobre os mesmos, e devem estar alicerçados em sólida informação documental.

A declaração consiste em um texto breve, com alguns parágrafos. O nível de detalhamento na descrição dependerá do edifício avaliado e dos recursos mobilizados nas fases de identificação e avaliação. A declaração baseia-se na história do edifício e no processo de avaliação segundo os critérios estabelecidos no texto acima, que devem ser incluídos se são de fato relevantes.

A declaração não deve se restringir a observar se o edifício passa no julgamento crítico dos critérios. Pelo contrário, deve ser um texto que argumenta como e porque o edifício é significativo enquanto exemplar da arquitetura moderna. Esse ponto é importante, pois será utilizado como referência nas políticas e nas decisões futuras sobre a gestão da conservação do edifício. Nesse sentido uma declaração é efetiva se consegue comunicar, de forma clara e sucinta, as informações necessárias sobre a significância para a tomada de decisões dos gestores responsáveis pela conservação dos imóveis.

## 4 Conclusões

A construção da Declaração de Significância de edifícios da arquitetura moderna é um processo que segue procedimentos semelhantes ao de qualquer outro bem patrimonial. Assim, a principal questão é entender que na declaração deverá constar o conjunto de valores, resultado do julgamento dos significados passados e presentes, que se organizam de forma intersubjetiva.

Ora, o julgamento só pode ser feito no presente, é uma decisão do hoje, mas deve utilizar como referência os significados e valores do passado, apoiando-se em instrumentos de memória reconhecidos por uma sociedade plural.

Ratifica-se que a proposta de definição da significância cultural de uma edificação do movimento moderno, neste texto, resulta no entendimento de que a construção da significância parte da relação entre objetos e sujeitos, a qual condiciona as decisões e os procedimentos de sua conservação.

Por fim, destaca-se que a significância de um bem material sofre alterações no tempo e no espaço, devendo, portanto a declaração de significância deve ser reavaliada e reconstruída periodicamente. Observa-se que o uso da declaração de significância sem o cuidado de aceitar a o conflito no estabelecimento dos valores e o resultado contingente deste estabelecimento, geralmente compromete a emergência de novos valores no processo de conservação. Nesse sentido, afirma-se que a declaração de significância será sempre parcial e temporal, pois a significância não é representável em sua totalidade, já que não é capaz de conter todos os valores dos envolvidos na conservação dos bens patrimoniais.

## Referências

- Barthel-Bouchier Diane, Hui Ming Min. 2007. Places of Cosmopolitan Memory. Journal Globality Studies. No. 5, March 7 2007.  
<http://www.sunysb.edu/globality/Articles/no5.html> , acessado em 2 de julho de 2007 às 9:10h.
- Anthrobase. Cultural relativism. (<http://www.anthrobase.com/Dic/eng/def/cultural-relativism.htm>) acessado em 15 de junho de 2007 às 12:17h.
- Austrália - ICOMOS. 1999. The Burra Charter. (<http://www.icomos.org/australia/> ), acessado em 13 de junho de 2007 às 15:02h
- \_\_\_\_\_. 1988. Guidelines to the Burra Charter (1988): cultural significance. (<http://www.icomos.org/australia/> ), acessado em 13 de junho de 2007 às 15:47h.
- Avrami Erica, Mason Randall, Torre Marta de la. 2000. Values and Heritage Conservation: Research Report. Los Angeles: Getty Conservation Institute. ([http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf\\_publications/valuesrpt.pdf](http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf_publications/valuesrpt.pdf) ) acessado em 05 de janeiro de 2009 às 12:09h.
- Green, Howard L.. 1998. The social construction of historical significance. In: Tomlan Michael (ed.). Preservation of what, for whom? A critical look at significance. National Council for Preservation Education, Ithaca.
- Russell R., Winkworth K 2001, Significance: A guide to assessing the significance of cultural heritage objects and collections. Heritage Collections Council - Australian Heritage Projects ([http://www.collectionsaustralia.net/sector\\_info\\_item/5](http://www.collectionsaustralia.net/sector_info_item/5) ), acessado em 28 de julho de 2007, às 14:48h)



- Macdonald, Susan. 2003. 20<sup>th</sup> Century heritage: recognition, protection and practical challenges. ICOMOS World Report 2002-2003 on monuments and sites in danger. (<http://www.international.icomos.org/risk/2002/20th2002.htm#>), acessado em 17 de junho de 2002 às 14:34h.
- Mason, Randal. 2000. In: Avrami, Erica, Randall Mason, and Marta de la Torre. Values and Heritage Conservation: Research Report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute. ([http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf\\_publications/reports.html](http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf_publications/reports.html)), acessado em 20 de junho de 2007 às 15:02h.
- \_\_\_\_\_. 2002. Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices. In: Torre, Marta de la. Assessing the Values of Cultural Heritage: Research report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute. ([http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf\\_publications/reports.html](http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf_publications/reports.html)), acessado em 20 de junho de 2007 às 15:52h.
- \_\_\_\_\_. 2004. Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of “Significance”. In: *Places, A Forum of Environmental Design*, v.16, n.1, (<http://www.places-journal.org/issues/issue.php?volume=16&issue=1>), acessado em 13 de junho de 2007 às 16:01h)
- Rachels, James. 1999. The Elements of Moral Philosophy. McGraw-Hill, pp. 15 – 29. (<http://www.dushkin.com/text-data/articles/19736/19736.mhtml>), acessado em 15 de junho de 2007 às 12:02h.
- Riegl, Alois 2006, O culto moderno do patrimônio: sua essência e sua gênese. Goiânia: ABEU - Assoc. Brasileira de Editoras Universitárias.
- Rossetti Carolina Pierrotti. 2004. Flavio de Carvalho: vila América – Conjunto de casas da Alameda Lorena: um modernista brasileiro. ([www.eesc.usp.br/nomads/SAP5846/mono\\_Carol.pdf](http://www.eesc.usp.br/nomads/SAP5846/mono_Carol.pdf)), acessado em 25 de julho de 2007, às 12:31h.
- Tainter, Joseph; Lucas, John. 1983. Epistemology of the significance concept. *American Antiquity*, vol. 48, n. 4, pp. 707-719.
- Tomlan, Michael (ed.). 1998. Preservation of what, for whom? A critical look at significance. National Council for Preservation Education, Ithaca.
- WHC/UNESCO- World Heritage Center 2005. Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention. Paris: World Heritage Centre.
- Zancheti S. M., Hidaka L., Cecília Ribeiro, Aguiar B. 2008, A Construção da Significância Cultural nos Processos de Conservação Urbana. Texto não Publicado.

CECI

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA CONSERVAÇÃO INTEGRADA